

Liberação de recursos discutida na SCE

21 SET 1991

JORNAL DE BRASÍLIA

Representantes culturais das cidades-satélites encontram-se na Secretaria para avaliar o sistema administrativo

MARIA DO ROSÁRIO CAETANO

ois temas movimentam os bastidores da Secretaria de Cultura e Esporte: depois de meses de relativa calmaria: denúncia de atraso no pagamento de recursos liberados pelo Conselho Deliberativo da Fundação Cultural e a nova composição deste organismo (de natureza colegiada) que, segundo entendimento do II Seminário de Cultura do DF (realizado em julho último, no Centro de Convenções) deveria ser paritária. Só que ato do governador Joaquim Roriz, publicado no Diário Oficial do DF, na última terça-feira, designa para o colegiado, quatro representantes comunitários (eleitos no II Seminário), que se somarão a sete representantes governamentais (no exercício de suas funções há meses ou anos).

Na manhã de ontem, depois de denúncias de representantes comunitários junto à SEC/FCDF e de integrantes de Conselhos Regionais de Cultura (veja box), o Jornal de Brasília conversou com o secretário Márcio Cotrim.

— Secretário, representantes das satélites confirmam que cerca de 40 projetos aprovados pelo Conselho Deliberativo não estão recebendo, em dia, as verbas a que fazem jus.

Cotrim — Primeiro, quero deixar claro que não há nenhuma animosidade entre a SCE e os representantes culturais. Trabalhamos em clima de convívio amigável e no pleno cumprimento das normas em vigor.

Fernando Adolfo — Não é verdade que haja 40 projetos aprovados sem receber verbas liberadas pelo Conselho Deliberativo. Se há, este número não chega a 10. E o pagamento, se não foi feito ainda, é porque a documentação necessária (por parte do produtor) não foi entregue integralmente.

O representante de Planaltina citou que o projeto Planaltina 132 Anos foi aprovado no mesmo dia (29/07) que a Semana Glauber Rocha. Porém o produtor deste evento teria recebido os recursos, 30 dias antes dos planaltinenses.

Cotrim — Não tenho elementos para opinar sobre este caso. Se os recursos da Semana Glauber saíram antes, isto deve ter acontecido porque o produtor apresentou a documentação completa, em tempo hábil.

— Afonso Ligório, de Taguatinga, conta que "na última segunda-feira, ameaçou entrar na Justiça". Para liberar recursos de um projeto no Acampamento da Telebrasília. Segundo ele, mesmo sem documentação completa, a verba foi liberada.

Cotrim — Isto é um absurdo. Só liberamos recursos para projetos com a documentação em dia. Somos um organismo do Serviço Público, que tem normas a obedecer.

— Luciene dos Santos, do Conselho Regional de Cellândia, diz que três projetos apresentados por movimentos culturais da Cidade, estão sendo preteridos na análise do Conselho Deliberativo, por Luiza Dornas, sob o argumento de que "a prioridade é atender a novos grupos".

Cotrim — Esta é uma de nossas diretrizes. Queremos fazer rodízio entre os grupos que contarão com recursos do Estado. Como administradores públicos, temos que atender ao maior número possível de pessoas que nos procuram. Não podemos repetir atendimento a grupos que já foram beneficiados, se isto implica em deixar outros, ainda não atendidos, de fora.

— A representante ceiländense argumenta que esta diretriz prejudica os projetos, deixando-os sem continuidade.

Cotrim — A continuidade está nas nossas preocupações, da mesma forma que o atendimento democrático ao maior número possível de grupos e produtores culturais.

Lia Samara, representante do Guará, denuncia a desqualificação e desinformação dos assessores da SCE/FCDF que analisam projetos. Há casos, garante ele, em que uma oficina é rejeitada porque exige compra de mesa ou tesoura, sendo estes materiais, peças básicas no projeto.

Cotrim — Não tenho conhecimento de desqualificação em nossa assessoria. Nossos assessores são pessoas cientes dos princípios que regem os processos de liberação de verbas públicas e nosso plano de trabalho ora em curso. Qualquer dúvida que não possa ser sanada por eles, deve ser encaminhada à diretoria-executiva da FCDF ou ao meu gabinete. Quanto à compra de equipamentos para oficinas, ela deve obedecer a princípios básicos: estes bens devem continuar sob a guarda do poder público, para que possam servir a sucessivas gerações.

— Quantos projetos das cidades-satélites foram atendidos de março até hoje?

Fernando Adolfo — Mais de 200, que consumiram Cr\$ 200 milhões (dos Cr\$ 350 milhões alocados para o Projeto Arte Candanga).

— A Secretaria tem um levantamento dos resultados destes projetos? Eles têm qualidades concretas ou correm o risco de tornarem ações entre amigos?

Cotrim — Não, mas com o tempo, pretendemos criá-la.

— Como a instituição avalia, hoje, os frutos dos projetos beneficiados com recursos públicos?

Cotrim — Cobramos de cada beneficiado um relatório final, onde são observados aspectos qualitativos e quantitativos. Observamos o número de pessoas que a atividade mobilizou, o espaço que o evento ocupou na imprensa, etc.



Cotrim: Aprendemos com a prática e resultados são positivos

26, dia da próxima reunião do Conselho Deliberativo da FCDF.

— Por que o Conselho Deliberativo sempre funcionou com sete membros, e agora (quando o senhor prometeu, em diversas oportunidades, dar-lhe composição paritária) passa a contar com 11 integrantes (quatro da comunidade e sete do governo)?

Cotrim — O Regimento Interno do Conselho Deliberativo permite uma formação de até 11 membros. Com a intenção de dar representatividade à comunidade, resolvi encaminhar ao governador solicitação no sentido de que as quatro vagas possíveis fossem ocupadas pela comunidade.

— A ampliação do número de conselheiros, já que o Regimento fala em "até onze", não desatende a proposta de paridade, que motivou a eleição realizada no II Seminário de Cultura?

Cotrim — Gostaria que se maximizasse o aspecto construtivo do avanço da representação comunitária. Desde que assumi a SCE, não recebi nenhuma solicitação para dar paridade ao Conselho Deliberativo. Se hoje a comunidade conta com quatro representantes, isto acontece por iniciativa minha. Fui eu quem levou a solicitação ao governador.

— Em sucessivas reuniões documentadas pela imprensa, o senhor prometeu dar paridade ao Conselho Deliberativo, em moldes semelhantes ao Conselho de Cultura do DF.

Cotrim — A paridade, neste momento, se mostra inviável. Para existir, o governador teria que criá-la por decreto. Preferimos que a Assembleia Legislativa crie o texto que dará origem à paridade.

— Em novembro próximo, encerram-se os mandatos dos conselheiros Maria Helena Alves e André Gustavo Stumpf (que não podem ser reconduzidos pois, já cumpriram o segundo — e último — período consecutivo). O senhor está disposto a oferecer estas duas novas vagas a nomes eleitos pelo Movimento Cultural?

Cotrim — Prometo estudar o assunto e encaminhá-lo, se for o caso, ao governador.

Situação de alguns projetos

LOCAL	PROJETO	PRODUTOR	VALOR	SITUAÇÃO
Cellândia	1. Festival de MPB (etapa final)	Leão Produções	Cr\$ 1.400.000,00	Ainda não foram avaliados pelo Conselho Deliberativo. Luiza Dornas, da FCDF, argumenta que estes produtores já foram beneficiados este ano.
	2. Ferrock	Ari Ferrock	Cr\$ 4.100.000,00	
	3. Acorda Ceilândia	Luciene Santos	Cr\$ 4.855.000,00	
Gama	1. Curso de Artes Cênicas (Teatro, Canto e Dança)	Narciso Quaresma	Cr\$ 5.000.000,00	Os recursos foram liberados ontem, depois de protestos
	2 - VI Rock Cerrado	Grupo Parasita	Cr\$ 1.490.000,00	
Acampamento da Telebrasília	1. Oficina de Teatro de Bonecos	Afonso Ligório e Associação de Moradores	Cr\$ 830.000,00	Liberados na última terça-feira, depois que o produtor ameaçou ir à Justiça
Assentamento do Varjão	Atividades culturais comunitárias	Centro de Educação, Cultura e Saúde	Cr\$ 1.000.000,00	O projeto há 30 dias aguarda liberação de recursos (denúncia feita por Daci de Oliveira, de Ceilândia)
Planaltina	Projeto Comemorativo do 132º Aniversário da Cidade	João Batista de Deus	Cr\$ 6.000.000,00	Aprovado em 29/7/91, só recebeu os recursos ontem (20/9/91). Como a quantia não foi corrigida, os grupos (como bandas musicais) receberam cachês defasados.